Orçamentária dos projetos abaixo relacionados, nos seguintes segmentos:

Festivals e Eventos
 Proponente: Manda Brasa Comunicação e Publicações Ltda
 Projeto: Women's Music Event
 Código: 28878
 Projetos Especiais-Primeiras Obras, Experimentações, Pesquisas, Publicações, Cursos, Viagens, ...
 Proponente: Koraíça Prince Tessari de Lima
 Projeto: Vídeo Mobile
 Código: 27757

A CAP decidiu Aprovar das seguintes solicitações de Transferências de Valores Entre Projetos, que serão enviados ao Secretário da Pasta, para análise e aprovação final:

Teatro
 Proponente: Felipe Mattar Cardoso
 Projeto: Ladinha para Um Defunto Morto
 Código: 29239
 Valor: R\$ 43.492,05
 Para
 Proponente: Claudiana Pereira do Nascimento
 Projeto: Dois por Dois
 Código: 24447

A CAP decidiu Retificar a Ata da Reunião publicada no D.O. de 28-08-2020 – Caderno do Poder Executivo - Seção I, página 24, referente à reunião da CAP do dia 25-08-2020 onde deverá ler na seguinte forma e não como constou o projeto relacionado:

Comissão de Análise de Projetos - CAP
 Ata da Reunião Ordinária do Dia 25-08-2020
 A CAP decidiu solicitar Complemento de Informação dos projetos abaixo relacionados, nos seguintes seguimentos:
 Cultura Popular
 Proponente: Sociedade Beneficente Casa da Esperança
 Projeto: 42ª Festa do Verde – Kibô-no-ie
 Código: 30364

Antes do encerramento da reunião o Presidente fez a distribuição de projetos, entre projetos novos, complementos de informações, recursos, solicitações de alterações de projetos e transferência de recursos entre projetos.

O Presidente agradeceu a presença e o apoio de todos, e, assim, declarou encerrada a reunião, e eu, Camila Manuela Muñoz, secretariei, digitei e conferi a presente ata que vai assinada pelos presentes.

A partir do primeiro dia útil após a publicação desta Ata no Diário Oficial do Estado, poderão ser conhecidos os pareceres da comissão quanto a Reprovação, Solicitação de Complemento de Informações e Aprovação:

Poderão os proponentes entrar em contato com o ProAC ICMS nos telefones (11) 3339-8280, 3339-8227 ou 3339-8228, ou pelo e mail proacicms@sp.gov.br, para ter conhecimento da situação dos projetos inscritos no Programa.

Em casos de Reprovação, os proponentes têm 15 dias corridos, a partir da data do envio do parecer por e-mail, para entrar com recurso.

Em casos de Solicitação de Complemento de Informações, o prazo é de 60 dias.

Não atendidos os prazos de Complemento de Informações e Reprovação, os projetos e outras solicitações serão indeferidos.

Atenção! Os pareceres são enviados sempre no primeiro dia útil após a data da publicação, por email cadastrado no sistema do ProAC ICMS.

São Paulo, 01-09-2020.

Desenvolvimento Econômico

GABINETE DA SECRETÁRIA

Despacho do Chefe de Gabinete, de 03-09-2020

I - À vista dos elementos que instruem os autos, em especial a manifestação da Consultoria Jurídica, as fls.917/922, bem como da Coordenadoria de Operações - COP, às fls.908/909, 916, 932/933 e 962/963, e da Assessoria do Gabinete, às folhas 965, com base na cláusula segunda do Contrato 001/2016, autorizo a celebração do Quinto Termo de Aditamento, firmado com a Senhora Andréa Maria Navega, para o fim de prorrogar o prazo de vigência da locação do imóvel situado na Rua Almirante Barroso, 47, no Município de Araçatuba, destinado à instalação do Posto de Atendimento ao Trabalhador - PAT. Processo 805605/2018

COORDENADORIA DE ENSINO TÉCNICO, TECNOLÓGICO E PROFISSIONALIZANTE

Comunicado

Procedimento de Manifestação de Interesse SDE 04/2020
 Processo SDE 2020/00455
 Donatária: Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE.

Doador: Associação Meu Futuro Digital
 Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a doação de consultoria de imersão profissional para 600 alunos egressos do Programa SPTECH e demais programas de qualificação profissional da Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante (CETPRO) e apoio na construção e execução de plano de comunicação para jovens que cursarão os cursos oferecidos no Programa SPTECH e demais programas de qualificação profissional da Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante (CETPRO)

Doação e Transferência: O Donatário, em face da autorização exarada pela titular da Pasta, Patrícia Ellen da Silva à fl. 92 dos autos do Processo SDE-PRC 2020/00455, aceita os serviços referidos na Cláusula Primeira, para doação, sem encargos, de consultoria de imersão profissional para 600 alunos egressos do Programa SPTECH e demais programas de qualificação profissional da Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante (CETPRO) e apoio na construção e execução de plano de comunicação para jovens que cursarão os cursos oferecidos no Programa SPTECH e demais programas de qualificação profissional da Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante (CETPRO).

Vigência: O presente contrato passa a vigorar a partir da data de sua assinatura.

Data da assinatura: 01-09-2020

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Despacho do Diretor Administrativo, de 04-09-2020

Reti-Ratificando Ato Declaratório de dispensa de licitação, de acordo com o Artigo 26 da Lei Federal 8.666/93. A escolha do exportador/beneficiário é de inteira responsabilidade do outorgado e responsável pelo processo, assim como a justificativa técnica.

Contratadas: THE JACKSON LABORATORY, SYNPEPTIDE CO. LTD., WESTERN TEK, PROMEGA CORP. INC. Processo 20/022-M

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

GABINETE DO DIRETOR-SUPERINTENDENTE

Portaria Ceeteps-GDS 2893, de 4-9-2020

Dispõe sobre a designação de agentes públicos para compor o Comitê de Compliance, que coordenará a estruturação, execução e monitoramento do Sistema de Compliance no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps

A Diretora Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps, resolve:

Artigo 1º - Designar os agentes públicos a seguir relacionados, sob a presidência do primeiro e coordenação dos trabalhos do segundo, para constituírem o Comitê de Compliance do Ceeteps:

I – Vice Diretor Superintendente – Emilena Lorezon Bianco;
 II – Gabinete da Superintendência – Paula Elizabeth Cassel de Araújo;

III – Gabinete da Superintendência – Armando Natal Maurício;

IV –Gabinete da Superintendência –Donizete Aparecido Leandro Bezerra;

V –Gabinete da Superintendência – João Carlos Campanilli Junior;

VI –Gabinete da Superintendência – Tadeu Michetti Júnior;

VII – Gabinete da Superintendência –Sônia Mardelei Rodrigues Charpentier;

VIII – Representante da PGE – José Procópio da Silva de Souza Dias;

IX – Unidade Processante – Paulo José Ferrari;

X – Controladoria Interna – Ricardo Sardella de Carvalho;

XI – Ouvidoria – Daniel Sena Serafim.

§ 1º A função de membro do Comitê de Compliance é indelegável, não remunerada e considerada prestação de serviço público relevante.

Artigo 2º - Compete ao Comitê de Compliance:

I – coordenar a elaboração, a implementação e a revisão do Sistema de Compliance, com vistas à prevenção, detecção, respostas a irregularidades, ilegalidades, desvios de conduta no âmbito do Ceeteps, bem como rápida adequação a novas legislações;

II – coordenar a elaboração e a implementação de um Sistema de Compliance estruturado nos seguintes pilares:

a) suporte da alta administração;

b) avaliação de riscos;

c) código de conduta e políticas de compliance;

d) controles internos, treinamento e comunicação;

e) canais de denúncia;

f) investigações internas;

g) due diligence;

h) monitoramento;

i) auditoria; e

j) elaborar o Plano de Integridade e Conformidade.

III – promover outras ações relacionadas à gestão da integridade e conformidade, em conjunto com os gestores e demais agentes públicos do Ceeteps;

IV – assegurar medidas para elevar o nível de confiança institucional da Autarquia Ceeteps;

V – converter princípios e valores escolhidos em normas sobre condutas admitidas e não admitidas, obedecendo as legislações que tratam do sistema de integridade e conformidade vigentes;

VI – orientar a elaboração de políticas e procedimentos relacionados ao sistema de Compliance, de acordo com a legislação em vigência;

VII – monitorar as investigações de fraudes ou irregularidades;

VIII – acompanhar as atividades relacionadas aos canais de denúncia;

IX – identificar oportunidades e sugerir melhorias dos processos internos;

X – prestar informações acerca do Sistema de Compliance instituído no âmbito do Ceeteps.

Artigo 3º - O Comitê de Compliance reunir-se-á mensalmente em caráter ordinário, e extraordinariamente, sempre que necessário, podendo a reunião extraordinária ser solicitada pelo seu Presidente ou pelo Coordenador dos Trabalhos a que se refere o inciso II, do artigo 1º.

§ 1º O quórum de reunião e de aprovação das deliberações do Comitê são de maioria simples dos membros, com participação obrigatória do Presidente ou do Coordenador dos Trabalhos.

§ 2º Além do voto ordinário, o Presidente do Comitê terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º O Representante da Procuradoria Geral do Estado, que integra o Comitê, não terá direito a voto, competindo-lhe a assessoria jurídica do Comitê, dentro das suas atribuições institucionais.

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO

Extrato de Convênio

Processo 99034/2020 - Convênio 063/2020
 Parecer Referencial CJ/CEETEPS 13/2019

Participes: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e o Município de Valparaíso.

Convênio de Cooperação Técnico-Educacional que entre si celebram o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e o Município de Valparaíso.

Reti-Ratificação do D.O. de 03-09-2020

Na Informação da Sessão do Conselho Deliberativo, onde lê-se: " autorizada pelo Conselho Deliberativo em sua sessão nº ____ de ____/____/2020", leia-se: "autorizada pelo Conselho Deliberativo em sua sessão 581, de 23-07-2020".

Data da assinatura: 27-07-2020

Processo SPdoc 99034/2020

Convênio 063/2020

Convênio de Cooperação Técnico – Educacional que entre si celebram o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e o Município de Valparaíso.

Pelo presente instrumento, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, autarquia estadual de regime especial, nos termos do artigo 15, da Lei 952, de 30-01-1976, associado à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, criado pelo Decreto-Lei de 06-10-1969, com sede na Rua dos Andradas, 140 – Santa Ifigênia – São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ/MF sob o 62.823.257/0001-09, doravante denominado CEETEPS, neste ato representado por sua Diretora Superintendente, devidamente autorizada pelo Conselho Deliberativo em sua sessão 581, de 23-07-2020, e o Município de Valparaíso, com sede na Rua: Comendador Geremias Lunardelli, 147 – Centro - CEP 16880-000, Valparaíso/SP, inscrito sob CNPJ/MF sob 72.836.588/0001-29, denominado Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Lúcio Santo de Lima, autorizado pela Lei Municipal 2.035, de 14-10-2009, resolver firmar o presente convênio, de acordo com a Lei Federal 8.666/93 de 21-06-1993 e suas atualizações e Decreto Estadual 59.215/13, de 21-05-2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Constitui objeto do presente convênio a cooperação técnico-educacional dos participantes para a implantação de Classe Descentralizada no Município de VALPARAÍSO/SP, visando fomentar a formação técnica da população, nos termos do Plano de Tra-

balho anexo, devidamente aprovado e que constitui parte integrante deste instrumento independentemente da transcrição.

Cláusula Segunda – Das Atribuições dos Participes

2.1 - São atribuições do CEETEPS:

a) instalar, no Município de Valparaíso, a Habilitação Profissional de Técnico em Enfermagem, com início previsto para o segundo semestre de 2020 (agosto/2020 a julho/2022), de acordo com as diretrizes da Unidade de Ensino Médio e Técnico (CETEC);

b) quando se fizer necessário, providenciar a reformulação do Plano de Trabalho acompanhada da competente justificativa e concordância expressa dos participantes, desde que não implique a alteração do objeto deste convênio;

c) responsabilizar-se pelo processo de seleção dos candidatos para ingresso no referido curso, em conformidade com as orientações e cronograma estipulados pela Coordenadoria do Ensino Médio e Técnico;

d) indicar um professor da Escola Técnica Estadual Doutor Renato Cordeiro, de Birigui/SP, para exercer as funções de Coordenação de Projetos Responsável por Classes Descentralizadas em conformidade com a Deliberação CEETEPS 005 de 05-12-2013, alterada pela Deliberação 013, de 12-2015 (anexo III);

e) disponibilizar docentes para lecionarem na Classe Descentralizada;

f) responsabilizar-se pelos registros e acompanhamento acadêmico dos alunos, em consonância com as determinações legais, tendo em vista a avaliação e os certificados e diplomas a serem expedidos;

g) responsabilizar-se pela supervisão do processo de ensino e aprendizagem, por meio do Grupo de Supervisão Educacional - GSE;

h) avaliar o convênio ao final de cada período letivo, a fim de que sejam feitas as intervenções que se fizerem necessárias ao bom andamento do objeto do convênio em conformidade com o descrito no plano de trabalho e no anexo II do mesmo.

2.2 - São atribuições do Município:

a) disponibilizar as instalações físicas necessárias para a implantação da classe descentralizada, responsabilizando-se pela adequação, conservação e segurança do prédio, para o pleno desenvolvimento das atividades teóricas e práticas, conforme Plano de Curso devidamente aprovado pela Coordenadoria do Ensino Médio e Técnico (Anexo I);

b) responsabilizar-se pelas despesas com energia elétrica, água e linha telefônica, como também pelos serviços auxiliares de apoio, de manutenção, limpeza e vigilância do prédio, EMEF Djanira dos Santos Benetti, situada na Rua Dr. Euripedes Leite Bastos, 116 - Bairro Agrovila, Valparaíso/SP, CEP: 16880-000, onde o curso será instalado;

c) responsabilizar-se pelo transporte dos professores e do gestor do convênio, citado no item 4.1, no percurso do Município de Birigui - Etec Dr. Renato Cordeiro, até o Município de Valparaíso e do Município de Valparaíso até o Município de Birigui - Etec Dr. Renato Cordeiro;

d) responsabilizar-se pelas despesas referentes à alimentação dos professores do CEETEPS;

e) responsabilizar-se, às suas expensas, pela aquisição e manutenção dos equipamentos necessários às atividades práticas, bem como pelo material didático e de consumo, descritos no capítulo 7 do plano de curso (Anexo I);

f) fornecer alimentação escolar aos alunos da Classe Descentralizada, garantindo uma alimentação balanceada, com nutrientes adequados à faixa etária dos estudantes;

g) fazer em conjunto com a Etec Dr. Renato Cordeiro, de Birigui/SP no município e entorno, a divulgação na mídia e em visitas às escolas do município e do entorno, da abertura do prazo para inscrição no Exame de Seleção (Vestibulinho) para a Habilitação Profissional a ser instalada por força deste convênio.

Cláusula Terceira – Da Gratuidade dos Cursos

O curso previsto no presente convênio será gratuito aos alunos matriculados, conforme estabelece o inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal.

Cláusula Quarta – Da Gestão do Convênio

4.1 - Para a administração das atividades do presente convênio, os participantes indicam como Gestor, o Prof. Alexandre Violin Garcia, Etec Dr. Renato Cordeiro, de Birigui/SP, como responsável pela fiscalização, solução e encaminhamento de questões técnicas, administrativas e financeiras que surgirem durante a vigência do presente convênio.

4.2 - São atribuições do Gestor(a):

a) zelar pelo fiel cumprimento das obrigações estipuladas neste convênio; pela execução das metas convencionadas no plano de trabalho; e pela fiel observância do cronograma de execução;

b) monitorar, permanentemente, as ações de execução do convênio, de forma a assegurar que as atividades programadas sejam efetivadas de acordo com as especificações dos conteúdos do curso, consignados no Plano de Trabalho;

c) elaborar relatório técnico, quando solicitado, demonstrando o cumprimento do objeto e metas estabelecidas no Convênio.

Cláusula Quinta – Acompanhamento e Supervisão do Convênio

O acompanhamento e supervisão da execução do convênio serão realizados por técnicos indicados pelo CEETEPS, por meio de visitas in loco ou de conferência de documentos, os quais deverão avaliar o cumprimento e a compatibilidade da execução do objeto do ajuste ao que foi pactuado, apresentando relatório circunstanciado ao término de cada período letivo.

Cláusula Sexta – Do Valor

Cada um dos Participes arcará com as despesas decorrentes de suas respectivas atribuições, não havendo repasse de recursos materiais e/ou financeiros ao Município pelo CEETEPS.

Cláusula Sétima – Da Prestação de Contas

7.1 – Este Convênio de Cooperação Técnico-Educacional não possui repasse de verbas.

7.2 – A Prestação de Contas será de forma simplificada, por intermédio de elaboração de relatório no tocante à:

a) resultados alcançados e seus benefícios;

b) grau de satisfação do público beneficiário;

c) frequência dos docentes;

d) quantidade de pessoas certificadas ao final e a forma de como os cursos foram desenvolvidos;

Cláusula Oitava – Das Alterações

O presente convênio poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo, havendo motivo relevante e interesse dos participantes, vedada a modificação do objeto.

Cláusula Nona - Da Vigência

O prazo de vigência do presente convênio é de 547 dias, contados a partir de sua assinatura.

Parágrafo único – Havendo motivo relevante e interesse dos participantes, o presente convênio poderá ter seu prazo de execução prorrogado, mediante termo aditivo e prévia autorização dos representantes legais dos participantes.

Cláusula Décima - Da Denúncia e Rescisão

10.1 – Admite-se a denúncia deste convênio por acordo entre as partes, assim como por desinteresse unilateral, impondo-se, neste último caso, notificação prévia de 30 (trinta) dias.

10.2 – O presente convênio poderá ser rescindido, na hipótese de violação de qualquer de suas cláusulas.

10.3 – Ocorrendo o encerramento do presente convênio por decorso de prazo, por denúncia (consensual ou unilateral) ou por rescisão, fica assegurada a conclusão das atividades em andamento, decorrentes das obrigações e responsabilidades assumidas pelos participantes.

Cláusula Décima Primeira - Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos por acordo entre os participantes, pelos seus coordenadores, desde que observado o objeto do convênio.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro
 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas deste convênio que não forem resolvidas na esfera administrativa, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem os participes justos e acertados, firmam o presente instrumento em 2 vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito, na presença de 2 testemunhas abaixo assinadas e identificadas. São Paulo, 27-07-2020.

Esportes

GABINETE DO SECRETÁRIO

Comunicado

Aviso Realização Audiência Pública 01/2020

A Secretaria de Esportes de São Paulo comunica aos usuários, Agentes do setor e aos demais interessados que realizará Audiência Pública para apresentação do projeto de concessão de uso de bem público visando à delegação à iniciativa privada das atividades de promoção de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica do Complexo Desportivo Constandino Vaz Guimarães, sob gestão e operação da Secretaria de Esportes de São Paulo.

Em razão das restrições normativas impostas pela pandemia do novo Coronavírus – Covid-19, que atualmente impedem eventos com aglomeração de pessoas em qualquer número, a Audiência Pública acontecerá no dia 21-09-2020, às 15 horas, em ambiente virtual. Para participar da audiência, os interessados deverão seguir o regulamento publicado no site da Secretaria de Esportes (<http://www.esportes.sp.gov.br/>)>> Licitações e Chamamentos >> Complexo Desportivo Constandino Vaz Guimarães).

Habitação

AGÊNCIA PAULISTA DE HABITAÇÃO SOCIAL

Extrato de Convênio Oneroso

Termo Aditivo

Processo: SPDOC 885776/2017 (SH 745/05/2013– Vols. I a VI)

Programa: Casa Paulista – Moradia Melhor

Convênio 745/05/2013.

Conveniente: Secretaria da Habitação / Agência Paulista de Habitação Social - Casa Paulista

Conveniente: Prefeitura Municipal de Iperó

Objeto: Execução de obras e serviços de reurbanização de gleba degradada e com o assentamento denominado "Projeta Vileta", possibilitando o atendimento de 991 famílias relativas ao Programa Casa Paulista - Moradia Melhor - Desenvolvimento Urbano.

Recursos: Sem alteração

Data da assinatura do 6º Termo de Aditamento: 03-08-2020. Vigência: 05-07/2012 a 05-01-2021.

Classificação dos recursos: Natureza de despesa: 44405101. Programa de Trabalho 25020000

UGE 250104

Nota de Empenho 2019NE00059.

Data da emissão da NE 29-10-2019.

Parecer Jurídico CJ/SH 02/2020 de 07-02-2020

Extrato de Convênio Oneroso

Termo Aditivo

Processo: SPDOC 61081/2018 (SH 625/05/2013– Vols. I a III)

Programa: Casa Paulista – Moradia Melhor

Convênio 625/05/2013

Conveniente: Secretaria da Habitação / Agência Paulista de Habitação Social - Casa Paulista

Conveniente: Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio

Objeto: Transferência de Recurso Financeiros da Secretaria da Habitação para o Município de Presidente Epitácio com a execução de obras de ampliação e melhorias em 50 unidades habitacionais.

Valor Total do Convênio - R\$ 532.359,91, de responsabilidade integral do Estado.

Data da assinatura do 5º Termo de Aditamento: 03-08-2020

Vigência: 08-03-2014 a 29-09-2019

Classificação dos recursos: Natureza de despesa: 44405101

Programa de Trabalho 25020000

UGE 250104

Nota de Empenho 2019NE00037.